

Fim de taxa de ocupação de terreno de marinha

Esta é uma das principais propostas do projeto do senador Gerson Camata, que será votado hoje em Brasília

A população de Vitória e Vila Velha que reside em terreno de marinha tem um bom motivo para fazer torcida. Será votado hoje, na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, um projeto de autoria do senador Gerson Camata, que propõe o fim da cobrança das taxas de ocupação.

Em Vitória, existem cerca de 13 mil contribuintes e, em Vila Velha, aproximadamente 10 mil. Atualmente, os terrenos de marinha pertencem à União e quem mora nestas áreas é obrigado a pagar ao governo federal uma taxa anual (taxa de ocupação ou foro) para garantir a ocupação do solo.

Com o projeto, o senador quer acabar com a cobrança destas taxas e transferir para os municípios a responsabilidade de administrar os terrenos de marinha. A exceção, segundo ele, fica por conta dos terrenos já ocupados por prédios federais.

Caso seja aprovado, as prefeituras passam a ser proprietárias destes terrenos. Segundo o senador, o município poderá legalizar os terrenos e os atuais moradores – que deixarão de pagar as taxas anuais –, poderão adquirir-los.

O senador reconhece que muitas pessoas não têm poder aquisitivo suficiente para comprar um terreno. Camata esclareceu,

no entanto, que cada prefeitura deve estudar a forma como será praticada a venda dos terrenos. “As Câmaras Municipais deverão criar uma legislação, estipulando como será feita a venda dos imóveis”.

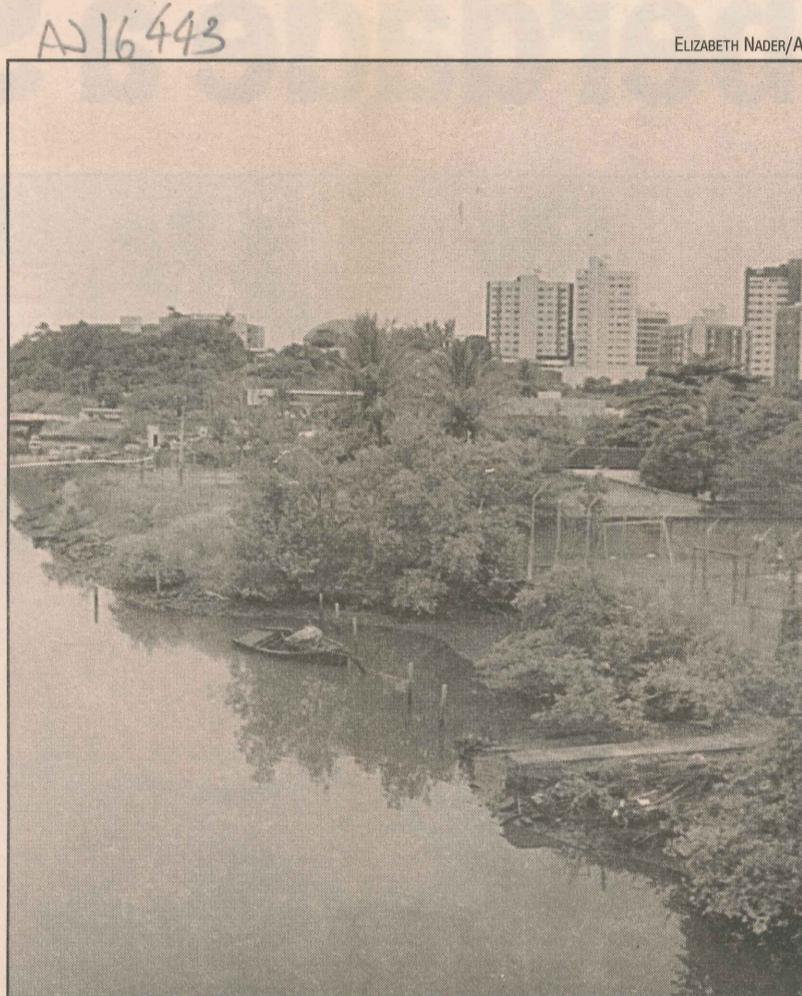
INVESTIMENTOS

Um dos principais problemas apontados pelo senador é que, atualmente, a população paga as taxas e a União não promove investimentos necessários ao desenvolvimento destas áreas com o total arrecadado.

Gerson Camata acredita que, por conhecerem de perto as necessidades de seu município, as prefeituras poderão promover uma melhor ordenação jurídica e aplicar a receita patrimonial arrecadada em indispensáveis obras de desenvolvimento urbano, como rede de esgoto, drenagem, asfaltamento, entre outras.

Na opinião do senador, ganham com a aprovação do projeto, a população, os moradores dos terrenos de marinha, as prefeituras e a própria União.

“A prefeitura ganha, porque vai arrecadar recursos para aplicar em obras de infra-estrutura; a população, porque vai receber as obras; os ocupantes dos terrenos, porque passarão a ser os verdadeiros proprietários; e a União, já que vai se livrar de um problema”, disse Camata.



Em Vitória, 13 mil pessoas pagam anualmente uma taxa à União

Prefeitos apóiam propostas

Para entrar em vigor, o projeto do senador Gerson Camata, que prevê a municipalização dos terrenos de marinha, ainda depende de aprovação na Comissão de Constituição e Justiça do Senado e na Câmara de Deputados. No entanto, a idéia já agrada as administrações de Vitória e Vila Velha.

O prefeito de Vila Velha, Jorge Anders, é totalmente favorável à municipalização destes terrenos. Prova disso é que, em 1995, quando era deputado federal, ele mesmo apresentou um projeto propondo a municipalização destes terrenos.

Anders considera que as taxas cobradas pela União são elevadas e reconhece que muitas pessoas têm dificuldade para pagar. Ele acredita que a medida só trará benefícios tanto para a população, quanto para a prefeitura.

“A população irá se livrar do pagamento das taxas e dos contratos de gaveta – que reduzem o valor dos terrenos em até 30% – e a prefeitura terá recursos extras decaórrerentes dos impostos a serem pagos para promover melhorias em seu município”.

O prefeito defende que, no ato da compra, deve ser feito um levantamento de tudo o que já foi pago à União e este valor deve ser abatido. “Com isso, os moradores dos terrenos ficariam res-

ponsáveis por pagar apenas o restante equivalente ao valor do terreno”.

TERRENOS

O secretário municipal de Desenvolvimento Urbano da Prefeitura de Vitória, Érico Jenz, preferiu não comentar o projeto detalhadamente, por desconhecer o que ele diz na íntegra, mas reconheceu a importância da municipalização destes terrenos.

“Qualquer instrumento legal que venha a beneficiar o controle, o uso e a ocupação do solo urbano e que dê ao município o domínio de seu território, é sempre um avanço a ser perseguido”.

A Secretaria de Patrimônio da União (SPU) se limitou a informar ontem que é contrária à municipalização destes terrenos e que a medida não irá beneficiar a população. Segundo a SPU, é impossível promover a municipalização dos terrenos de marinha em apenas dois municípios.

A assessoria do senador Gerson Camata informou que ele apresentou projetos propondo a municipalização dos terrenos em Guarapari e na Serra, mas que, por enquanto, estes dois projetos estão tramitando de forma mais lenta. A expectativa do senador é de que o projeto entre em vigor até o final deste ano.

VEJA O QUE MUDA

- ☑ A administração dos terrenos de marinha ficam sob responsabilidade dos municípios
- ☑ Com isso, a União cede o terreno às prefeituras, que passam a ser as proprietárias efetivas
- ☑ As taxas pagas atualmente (taxa de ocupação, laudêmio, foro) serão extintas e as

personas que residem nestes terrenos terão que comprá-los da prefeitura

- ☑ A forma como será praticada a compra e a venda dos terrenos ficará a critério de cada prefeitura, que deverá criar uma legislação municipal específica para a matéria

Fonte: Projeto de Lei

ONDE ESTÃO AS ÁREAS DE MARINHA

Vitória

- Santo Antônio
- Parque Moscoso
- Grande São Pedro
- Ilha de Monte Belo
- Bairro de Lourdes
- Horto
- Maria Ortiz
- Praia do Canto
- Ilha do Frade
- Ilha do Boi
- Praia do Suá
- Enseada do Suá
- Bento Ferreira
- Ilha de Santa Maria
- Centro

Vila Velha

- Aribiri
- Paul
- São Torquato
- Jaburuna
- Glória
- Barra do Jucu

Fonte: prefeituras e arquivo de A Tribuna

Esta Peça Original Ford pode sair de graça para você.



PROMOÇÃO

SÓ PEÇA FORD

A cada **R\$ 25,00** em Peças Originais Ford, você concorre a **4 Ford Ka 0Km**

Na compra de Peças Originais nos Distribuidores

Ford, no período de 26/03/97 a 26/07/97,

além de garantir 100%

do seu carro e contar

com total assistência

técnica, você pode ganhar

um Ford Ka zerinho.

Nos Distribuidores Ford

é assim: **Só Peça Ford**

e saia sempre ganhando.

CADA R\$ 25,00 EM COMPRAS VALE 1 CUPOM

Para maiores informações consulte o regulamento no Distribuidor Ford mais próximo.



Promoção válida até 26/07/97 ou enquanto durarem os estoques.

Use sempre o cinto de segurança.

Certificado Peça Federal. Mj número 01/001/97. Este veículo está em conformidade com o PROCONVE na preservação da vida e do meio ambiente.

O modelo exibido é o Ford Ka CLX e alguns dos equipamentos apresentados são opcionais.